

**Comunicação Interna nº 10 / ASSESSORIA ESPECIAL - SPA - SECRETARIA PROCESSUAL E ADMINISTRATIVA**

**Em 27 de julho de 2023.**

De: Coral MP em Canto

Para: Diretoria Administrativa

**Assunto:**

Prezados,

Solicito a contratação da empresa Terra Verde Turismo EIRELI para inscrição de 12 (doze) participantes do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado entre os dias 3 e 5 de agosto de 2023, em Mucugê-BA.

Atenciosamente,

Ana Rosa Mascarenhas

Coordenação do Coral MP em Canto



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rosa Silva Mascarenhas** em 27/07/2023, às 14:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0738356** e o código CRC **FAF80BA4**.

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

DGP/Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

**Objeto:**

Inscrição de servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no Município de Mucugê-BA

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Inscrição de 12 servidores, objetivando a participação do Coral MP em Canto, no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina.

Fornecedor Selecionado

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

TERRA VERDE TURISMO LTDA

**1 - Endereço:**

ROD BA, 142 SN Alto do Capa Bode, Mucugê-BA, CEP: 47750-000

**1 - CPF/CNPJ:**

13.115.936/0001-00

**1 - Valor (R\$):**

2.508,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

**Nome completo:**

ANA ROSA SILVA MASCARENHAS

**Matrícula:**

353145

Suplente

**Nome completo (suplente):**

MARCELINO LEITE SIMÕES

**Matrícula (suplente):**

352635

**Responsável pelo preenchimento:**

EUNICE GONÇALVES LEÃO

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II



Documento assinado eletronicamente por **Eunice Gonçalves Leão** em 28/07/2023, às 09:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0738959** e o código CRC **8C35EDDF**.

---

# Vozes na Chapada 2023

Mucugê-Bahia-Brasil

03 a 05 de agosto



## REGULAMENTO

1. Disposições gerais
2. Programação
3. Custo individual de participação
4. Hospedagem, transporte e alimentação
5. Contatos

### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- É vetado o uso de dispositivos previamente gravados nos concertos. Tal procedimento visa preservar a autenticidade artística do evento.
- Os coros deverão comparecer aos locais de concertos com antecedência de 30min.
- Cada coro será responsável por seu instrumento.
- O Festival Vozes na Chapada 2023 não se responsabiliza por hospedagens, alimentação e transporte, assim como não confere isenção de pagamento a qualquer atração turística do Parque Nacional da Chapada Diamantina.
- A partitura da obra de confraternização será enviada durante os procedimentos de inscrição do coro.
- O Regulamento poderá ser modificado em função da dinâmica do evento e dos objetivos a que se propõe, sendo sempre preservados os direitos dos coros participantes e com a devida divulgação das alterações.
- Dúvidas e casos omissos deverão ser resolvidos com a organização do festival.
- O Ato de inscrição no festival implica, para todos os efeitos legais, na aceitação integral dos termos deste regulamento.
- As decisões da equipe organizadora são soberanas, não cabendo recursos das decisões tomadas.

### 2. PROGRAMAÇÃO (sujeita a modificações)

#### Quarta-feira, 02 de agosto de 2023

- 16h30min às 18h10min: Programa “Coral na Escola”, voltado para estudantes da rede de ensino de Mucugê, no Colégio Estadual Horácio de Matos.

#### Quinta-feira, 03 de agosto de 2023

- Durante o dia: Recepção e credenciamento dos coros.
  - 20h: Solenidade e Concerto de Abertura, no Clube Social de Mucugê.
- Cada coro fará uma apresentação de três peças, com duração máxima de quinze minutos.



#### **Sexta-feira, 04 de agosto de 2023**

- 09h30min: Cortejo da Fanfarra Municipal, saindo do Coreto da Prefeitura, com destino ao Clube Social.
- 10h: Concerto para a população de Mucugê, no Clube Social, com uma peça por coro.
- Restante da manhã: Livre.
- 15h30min às 17h: Palestra com o Maestro Márcio Medeiros comentando sua dissertação de mestrado e procedimentos de arranjos.
- 19h: Missa Solene, na Igreja Matriz.
- 20h: Concerto de Corais na Igreja Matriz, com três peças por coro, tendo duração máxima de quinze minutos por coro.

#### **Sábado, 05 de agosto de 2023**

- 09h: Saída dos coros para atividade eco-cultural.
- 09h30min: Concerto Campal com performance de uma peça por coro, com fotos oficiais e visitação ao sítio ecológico do Projeto Sempre Viva, com banho de cachoeira (opcional). Obs. Taxa de entrada no Projeto Sempre Viva não incluída.
- Restante da manhã e tarde: Livre, os roteiros adequados a cada grupo serão recomendados pelos guias especializados.
- 17h: Passeata dos Cantores, a partir da Igreja Matriz, com a participação da Filarmônica de Mucugê.
- 18h: Concerto de encerramento, na Praça dos Garimpeiros, com três peças por coro. Após a apresentação de seus respectivos repertórios, os coros executarão a obra final de congraçamento.
- Após o concerto: Confraternização dos corais na Praça dos Garimpeiros, com show de jazz e blues.

#### **Domingo, 06 de agosto de 2023.**

- Durante o dia: Programação livre, com retorno dos coros para suas cidades de origem.

### **3. CUSTO INDIVIDUAL DE PARTICIPAÇÃO**

- À VISTA: R\$ 209,00 através de depósito. Os contatos para depósito devem ser feitos com a Sra. Ângela Pina Fone/WhatsApp (71) 99985-6481 E-mail: apinamucuge@hotmail.com

- A PRAZO: R\$ 229,90 em até 12 parcelas de R\$ 19,16 através da plataforma Sympla.

Link <https://www.sympla.com.br/evento/vozes-na-chapada-2023/1899383>

O prazo limite de inscrição é 31 de maio de 2023.

### **4. HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO**

Cada coral participante é responsável pela sua hospedagem, transporte e alimentação. A coordenação do “Festival Vozes na Chapada 2023” apenas informa o nome de estabelecimentos com excelente histórico de atendimento em Mucugê, dentre eles:

- Hotel Alpina (71) 98481-4322

<https://www.alpinamucuge.com.br/pt-br/>

- Pousada Mucugê (75) 98277-4144

<https://www.pousadamucuge.com.br/>

- Pousada Monte Azul (75) 98366-0828

<https://www.pousadamonteazul.com.br/>

- Pousada Sempre Viva (75) 98172-2799

<https://www.facebook.com/pousadasemprevivamucuge/>

- Pousada Recanto da Chapada (71) 98198-7933

<https://www.pousadarecantodachapada.com.br/>

- Pousada Santo Antônio (75) 98123-3115  
[https://www.instagram.com/pousadasantoantonio\\_mucuge/?hl=em](https://www.instagram.com/pousadasantoantonio_mucuge/?hl=em)  
- Pousada Sabor&Arte (75) 98238-3140  
<https://www.facebook.com/Hotel-E-Restaurante-Sabor-E-Arte-1141290689224190/>

## **5. CONTATOS COM FESTIVAL VOZES NA CHAPADA 2023**

**Direção Artística:** Maestro Alcides Lisboa

Fones: (71) 3354-4101 / 9-9956-3773

E-mail: [maestroalcideslisboa@gmail.com](mailto:maestroalcideslisboa@gmail.com)

**Produção Cultural e Direção Administrativo-financeira:** Ângela Maria Pina Santos

Fone: 71 99985-6481

E-mail: [apinamucuge@hotmail.com](mailto:apinamucuge@hotmail.com)

Endereço físico: Hotel Alpina – Rod. BA 142, Km 194, S/N

Alto do Capa Bode, Mucugê - BA, 46750-000



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto  <i>Inscrição de 12 servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina.</i>	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO	( x )	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
ESCOLHER <u>UMA</u> DAS TRÊS OPÇÕES	( )	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
(Marcar com X):	( )	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA:  <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	<i>Inscrição de 12 servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina, conforme regulamento.</i> O Coral MP em Canto já participou, em outras oportunidades desse festival, representando o Ministério Público do Estado da Bahia nas apresentações em vários espaços culturais de Mucugê.	
1.4 JUSTIFICATIVA:  <u>DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO</u>	<i>A empresa Terra Verde Turismo EIRELI é, por vários anos consecutivos, detentora da expertise e experiência necessários para a execução do evento "Festival Vozes da Chapada". Importante ressaltar que, no presente caso, corroborando com a condição de singularidade do objeto (complexidade e especificidade do festival de corais na Chapada Diamantina), tem a inviabilidade de competição por si só, ou seja, ante a ausência de critérios e parâmetros objetivos para um eventual Chamamento Público.</i>	
1.5 INDICAÇÃO DE	( ) SIM	( x ) NÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

MODELO E/OU  
MARCA  
OBRIGATÓRIOS

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\* (Marcar  
com X):

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

### 2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO  
DISPOSITIVO LEGAL  
EM QUE SE  
ENQUADRA A  
HIPÓTESE DE  
CONTRATAÇÃO  
ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\*  
(Marcar com X):

( )

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( x )

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( )

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

### 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE  
FORMALIZAÇÃO  
CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

( ) A SIM

( x ) B NÃO ( FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE  
EXECUÇÃO  
CONTRATUAL

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

( ) Empreitada por preço unitário

( x ) Empreitada por preço global

( ) Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ \_\_\_\_\_ dias ( ) Úteis ( x ) Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- \_\_\_\_\_ dias    ( ) Úteis    ( x ) Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

### 3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

( x ) A) NÃO

( )

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até \_\_\_\_\_ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos

### 3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

*O Evento acontecerá no Município de Mucugê – Chapada Diamantina*

### 3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):  
( x ) A) NÃO                      ( ) B) SIM
- Unidade responsável: DGP/Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: ( ) \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_@mpba.mp.br
- Dias para realização da entregados serviços:
- Horários para execução:
- Condições especiais adicionais:



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(Marcar com X):

( x ) A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

( )

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) CONTRATADA (Regra geral)

( ) B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ DURAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) 01 ANO

( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

( ) C) OUTRO. Especificar:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) \_\_\_\_\_ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas

( ) B) \_\_\_\_\_ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos

➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) SIM

( ) B) NÃO

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ) D) Outra. Especificar:

➤ DEMAIS REGRAMENTOS:





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

<b>3.4 CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES PELO RECEBIMENTO *</b>	<b>3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</b> _____ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos	
	<b>3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</b> _____ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos	
	<b>3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:</b>	
	<b>3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):</b>  <input type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA  <input checked="" type="checkbox"/> B) PRAZO: <input type="checkbox"/> _____ HORAS <input type="checkbox"/> Úteis <input checked="" type="checkbox"/> Corridas <input type="checkbox"/> _____ DIAS <input type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos	
	<b>DEMAIS REGRAMENTOS:</b>  3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.  3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;  3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;  3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.	
<b>3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</b>
	<input type="checkbox"/>	<b>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</b>  ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):  ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<b>3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</b>		



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- |                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS   |
| <input type="checkbox"/>            | B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA   |
| <input type="checkbox"/>            | C) PAGAMENTO PARCELADO: <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Quantidade de parcelas:</li><li>➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):</li></ul> |
| <input type="checkbox"/>            | C) PAGAMENTO MENSAL  |
| <input type="checkbox"/>            | D) OUTRA:  |

### 3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

- |                                     |                                      |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/>            | A) NÃO SE APLICA                     |
| <input checked="" type="checkbox"/> | B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: |

**3.6.3 DEMAIS REGRAS: A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA**

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

( x ) **A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**

**B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:**

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) INPC/IBGE

( ) B) OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

**3.7 POSSIBILIDADE  
OU NÃO DE REAJUS-  
TAMENTO, COM IN-  
DICAÇÃO DE ÍNDICE  
OFICIAL**

ESCOLHER UMA OP-  
ÇÃO \*  
(**Marcar com X**):

( )

**3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

**A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) Opção 1: \_\_\_\_\_ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( x ) Opção 2: \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( x )

**B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

( )

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) Opção 1: \_\_\_\_\_ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Mar-**

**3.8 DEFINIÇÃO DE  
VIGÊNCIAS \***



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

*car com X):*

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

( ) **Opção 2:** \_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

**3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):**

( x ) A) NÃO

( ) B) SIM. Justificativa:

### 3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA\*

#### OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições compe-



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

tentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

### OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

( x )	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
-------	--

( )	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
-----	-------------------------------------

### 3.10 OBRIGAÇÕES

### OBRIGAÇÕES GERAIS



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### DO CONTRATANTE\*

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

### OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

( x ) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

### 3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

ESCOLHER UMA OPÇÃO  
(Marcar com X):

( x ) **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

( ) **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**

( ) **C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.** Regras:

➤ Percentual exigido:

( ) 5% (cinco por cento) **OU** ( ) Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento)

➤ Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

#### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

##### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1	Inscrição de servidores para participação no XV Festival Vozes na Chapada.	un	12	R\$ 209,00	R\$ 2.508,00
Valor Total dos itens					R\$ 2.508,00

##### 1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação sucinta do serviço	Quantidade De Par- celas	Quantidade De servi- ços Por Parcela	Periodicidade
1				
2				
...				



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**Especificação do Objeto**

**1.1 DEFINIÇÃO  
DO OBJETO**

*Inscrição de 12 servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina.*

**1.2 FORMA DE  
CONTRATAÇÃO**

( x )

**A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)**

ESCOLHER UMA  
DAS TRÊS  
OPÇÕES

( )

**B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA**

(Marcar com  
X):

( )

**C) OUTROS:**

**1.3  
JUSTIFICATIV  
A:**

**NECESSIDADE  
DA  
CONTRATAÇÃO**

*Inscrição de 12 servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina, conforme regulamento.*

*O Coral MP em Canto já participou, em outras oportunidades desse festival, representando o Ministério Público do Estado da Bahia nas apresentações em vários espaços culturais de Mucugê.*

**1.4  
JUSTIFICATIV  
A:**

**DA  
INVIABILIDADE  
E DE  
COMPETIÇÃO**

*A empresa Terra Verde Turismo EIRELI é, por vários anos consecutivos, detentora da expertise e experiência necessários para a execução do evento "Festival Vozes da Chapada". Importante ressaltar que, no presente caso, corroborando com a condição de singularidade do objeto (complexidade e especificidade do festival de corais na Chapada Diamantina), tem a inviabilidade de competição por si só, ou seja, ante a ausência de critérios e parâmetros objetivos para um eventual Chamamento Público.*



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ) SIM

( x ) NÃO

### 1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRI S

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\*  
(Marcar com  
X):

**1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:**

**1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:**

## 2. FUNDAMENTO LEGAL

**2.1  
INDICAÇÃO DO  
DISPOSITIVO  
LEGAL EM QUE  
SE ENQUADRA  
A HIPÓTESE  
DE  
CONTRATAÇÃO**  
ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\*  
(Marcar com  
X):

( )

**A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( x )

**B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( )

**C) Artigo 60, caput** - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

## 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

**3.1 REGRAS DE  
FORMALIZAÇÃ  
O  
CONTRATUAL**

### 3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

( ) A SIM

( x ) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

**3.2 REGRAS DE  
EXECUÇÃO  
CONTRATUAL**

### 3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

( ) Empreitada por preço unitário

( x ) Empreitada por preço global

( ) Outro:

### 3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:



- \_\_\_\_\_ dias    ( ) Úteis    ( **x** ) Corridos.
- Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

### 3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- \_\_\_\_\_ dias    ( ) Úteis    ( **x** ) Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

### 3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

( **x** )

**A) NÃO**

( )

**B) SIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- **Por até** \_\_\_\_\_ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos

### 3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

#### 3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

*O Evento acontecerá no Município de Mucugê – Chapada Diamantina*

#### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
- ( **x** ) A) NÃO                      ( ) B) SIM
- Unidade responsável: DGP/Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: ( ) \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_@mpba.mp.br
- Dias para realização da entregados serviços:
- Horários para execução:
- Condições especiais adicionais:





**3.3 GARANTIA  
DO OBJETO**

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar com  
X**):

( **X** )

**A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA**

( )

**B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA** - Regras:

- **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) CONTRATADA (Regra geral)
  - ( ) B) FABRICANTE (Exceção)
    - Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):
- **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) 01 ANO
  - ( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)
  - ( ) C) OUTRO. Especificar:
- **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) \_\_\_\_\_ HORAS    ( ) Úteis    ( ) Corridas
  - ( ) B) \_\_\_\_\_ DIAS    ( ) Úteis    ( ) Corridos
- **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) SIM
  - ( ) B) NÃO
- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ) D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

**3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** \_\_\_\_\_ dias ( x )  
Úteis ( ) Corridos

**3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:** \_\_\_\_\_ dias ( x )  
Úteis ( ) Corridos

**3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:**

**3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

( ) A) NÃO SE APLICA

( x ) B) PRAZO: ( ) \_\_\_\_\_ HORAS ( ) Úteis ( x ) Corridas  
( ) \_\_\_\_\_ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos

**DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado

**3.4  
CONDIÇÕES E  
RESPONSÁVEIS  
PELO  
RECEBIMENTO**

\*



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

<b>3.5</b> <b>POSSIBILIDADE</b> <b>E OU NÃO DE</b> <b>SUBCONTRATA</b> <b>ÇÃO</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <i>Marcar com</i> <i>X</i> ):	<input checked="" type="radio"/>	<b>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</b>
	<input type="radio"/>	<b>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</b>  ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):  ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<b>3.6</b> <b>CONDIÇÕES DE</b> <b>PAGAMENTO</b>	<input checked="" type="radio"/>	<b>3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO</b> <b>(<i>Marcar com X</i>):</b> <b>A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</b>
	<input type="radio"/>	<b>B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA</b>
	<input type="radio"/>	<b>C) PAGAMENTO PARCELADO:</b>  ➤ Quantidade de parcelas:  ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):
	<input type="radio"/>	<b>C) PAGAMENTO MENSAL</b>
	<input type="radio"/>	<b>D) OUTRA:</b>
		<b>3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO -</b>



ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( )

**A) NÃO SE APLICA**

( x )

**B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:**

**3.6.3 DEMAIS REGRAS: A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA**

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

**3.7**

( x )

**A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**





**POSSIBILIDADE  
E OU NÃO DE  
REAJUSTAMEN  
TO, COM  
INDICAÇÃO DE  
ÍNDICE  
OFICIAL**

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar com X**):

(  
)

**B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:**

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) INPC/IBGE
  - ( ) B) OUTRO. Indicar:
- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

**3.8 DEFINIÇÃO  
DE VIGÊNCIAS**  
\*

**3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

**A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

(x  
)

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) **Opção 1:** \_\_\_\_\_ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor
  - ( x ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(  
)

**B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) **Opção 1:** \_\_\_\_\_ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
    - ( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_
    - ( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico
  - ( ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER



UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

**3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

( **x** ) **A) NÃO**

( ) **B) SIM.** Justificativa:

**3.9  
OBRIGAÇÕES  
DA  
CONTRATADA\***

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais



resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

- |       |  |
|-------|--|
| ( x ) | <b>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS</b> , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior. |
| ( )   | <b>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.</b> Indicar:   |



**3.10  
OBRIGAÇÕES  
DO  
CONTRATANTE**

\*

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

( x ) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

**3.11  
INDICAÇÃO  
SOBRE A  
NECESSIDADE  
DE GARANTIA  
CONTRATUAL,  
COM  
PERCENTUAL**

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO  
(Marcar com  
X):

( x ) **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

( ) **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**

( ) **C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.** Regras:

➤ Percentual exigido:  
( ) 5% (cinco por cento) **OU** ( ) Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ %  
( \_\_\_\_\_ por cento)

➤ Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecime nto	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1	Inscrição de servidores para participação no XV Festival Vozes na Chapada.	un	12	R\$ 209,00	R\$ 2.508,00
Valor Total dos itens					R\$ 2.508,00

#### 1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação sucinta do serviço	Quantidade De Parcelas	Quantidade De serviços Por Parcela	Periodicidade
1				
2				
...				



Mucugê, 04 de julho de 2023

### PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO XV FESTIVAL VOZES NA CHAPADA 2023

Segue proposta visando a participação do Coral MP em Canto no **XV Festival Vozes na Chapada 2023**, que será realizado entre os dias **03 e 05 do próximo mês de agosto** do corrente ano, no município de **Mucugê**, na Chapada Diamantina.

Descrimino abaixo os dados para pagamento por transferência bancária ou via Pix, no valor de R\$ 209,00, por participante, conforme informado são 12 participantes totalizando o valor a ser efetuado de **R\$ 2.508,00 (Dois mil e quinhentos e oito reais)**.



Chave PIX: CNPJ: 13.115.936/0001-00

Atenciosamente,

*Lidia Pina Kroger Alves*  
TERRA VERDE TURISMO EIRELI  
LIDIA PINA KROGER ALVES- SÓCIA  
RG: [REDACTED]  
CPF: [REDACTED]

Digitalizado com CamScanner



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: TERRA VERDE - TURISMO LTDA**  
**CNPJ: 13.115.936/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:21:46 do dia 08/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2023.

Código de controle da certidão: **08B2.5CE9.67F9.7411**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: TERRA VERDE - TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.115.936/0001-00

Certidão nº: 19728491/2023

Expedição: 10/05/2023, às 16:42:06

Validade: 06/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TERRA VERDE - TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.115.936/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 13.115.936/0001-00  
**Razão Social:** TERRA VERDE TURISMO EIRELI ME  
**Endereço:** ROD BA 142 SN KM 90 / ALTO DO CAPA BODE / MUCUGE / BA / 46750-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/07/2023 a 08/08/2023

**Certificação Número:** 2023071005201747829508

Informação obtida em 27/07/2023 15:55:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20234326774**

RAZÃO SOCIAL <b>TERRA VERDE TURISMO E RECREACAO LTDA</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>209.033.049</b>	CNPJ <b>13.115.936/0001-00</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 27/07/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**Prefeitura Municipal de Mucugê**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DESENV E FINANÇAS**  
RUA CORONEL DOUCA MEDRADO, 73 PRÉDIO  
CIDADE MONUMENTO - MUCUGÊ - BA CEP: 46750-000  
CNPJ: 13.922.562/0001-34

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

**Número: 000104/2023.E**

Nome/Razão Social: **TERRA VERDE TURISMO EIRELI - ME**  
Nome Fantasia: **\*\*\*\*\***  
Inscrição Municipal: **5410** CPF/CNPJ: **13.115.936/0001-00**  
Endereço: **RODOVIA BA 142, S/Nº KM 90**  
**ALTO DO CAPA BODE MUCUGÊ - BA CEP: 46750-000**

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Esta certidão foi emitida em 11/07/2023 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **09/09/2023**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **2600008643960000001825060000104202307118**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

<https://mucuge.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 27/07/2023 às 15:48:12



10841159  
 RECONHECIMENTO  
 8.35 Encl. R\$ 3,07 Taxa R\$ 3,28

## RECIBO DE PAGAMENTO

Segue comprovante de transferência via Pix no valor de **R\$ 1.045,00** (Hum mil e quarenta e cinco reais) referente a inscrição no Festival de Corais de Mucugê – Vozes na Chapada 2023 referente ao encontro de corais de 03 a 05/08/23 do grupo SOVOX, dos seguintes componentes descritos abaixo:

Sra. Aline Gondim;

Sr. Anderson Borges;

Sra. Rebeca Vasconcelos;

Sr. Igor Ramos;

Sra. Lilian Ropis.

Todos pertencentes ao coral SOVOX.

Atenciosamente,

  
Ângela Pina

Produtora Cultural

(71) 



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária para informar o saldo orçamentário.



Documento assinado eletronicamente por **Eunice Gonçalves Leão** em 27/07/2023, às 18:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0738978** e o código CRC **2E8CA33C**.

Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

**Código da Unidade Orçamentária:**

40101-Superintendência de Gestão Administrativa

**Código da Unidade Gestora:**

003-Diretoria Administrativa do Ministério Público

**Saldo Orçamentário:**

379.690,40

**Natureza da Despesa:**

33.90.39.000

**Responsável pela Informação:**

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

**Responsável pela Unidade Gestora:**

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

19/2023 - SGA



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 10/08/2023, às 10:24, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0755362 e o código CRC CBF2B420.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

### INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

À Diretoria Administrativa,

Em atenção a Dispensa de Inexigibilidade e objetivando a instrução do presente processo, segue informações orçamentárias extraídas do FIPLAN/PLAN60:

**A despesa no valor de R\$ 2.508,00 (dois mil quinhentos e oito reais) será custeada pelo:**

**PAOE:** 2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

**Objetivo do PAOE:** Atender despesas administrativas e outros serviços auxiliares, bem como de assessoramento e controle

**Unidade Orçamentária:** 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

**Unidade Gestora:** 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

**Região/Fonte:** 9900 - Estado

**Destinação:** 1.500.0.100.000000.00.00.00

**Elemento de despesa:** 33.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 10/08/2023, às 10:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0755364** e o código CRC **4275C686**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa,

Tendo em vista a conformidade do processo e a existência de saldo orçamentário, encaminhe-se o presente expediente para análise e parecer jurídico acerca das inscrições de 12(doze) servidores deste MPBA, participantes do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado entre os dias 3 e 5 de agosto de 2023, em Mucugê-BA, no valor de R\$ 2.508,00(dois mil quinhentos e oito reais).

**Maria Amalia Borges Franco**  
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 31/07/2023, às 15:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0742088** e o código CRC **FC22DFFE**.



## PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.00857.0017492/2023-45

INTERESSADO: DGP - COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. INSCRIÇÃO EM EVENTO MUSICAL. XV FESTIVAL VOZES NA CHAPADA 2023. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. ARTIGO 60, *CAPUT*, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO.

### PARECER Nº. 568/2023

Trata-se de solicitação de autorização para Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa **Terra Verde Turismo Ltda.**, no valor de **R\$ 2.508,00 (dois mil e quinhentos e oito reais)**, visando à inscrição de 12 (doze) servidores, integrantes do *Coral MP em Canto*, no **XV Festival Vozes na Chapada 2023**, que ocorrerá em Mucugê/BA (Chapada Diamantina), no período de 03 a 05 de agosto de 2023.

As despesas correrão por conta da Atividade 6984 - Valorização de Integrante do Ministério Público, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário total disponível é de **R\$ 2.508,00 (dois mil e quinhentos e oito reais)**.

Instruem o pedido: formulário de autorização de inexigibilidade, termo de referência (TR), justificativa para a contratação, proposta de preço, programação e regulamento do evento e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, além de outros documentos relativos à contratação.

Manifesta-se a unidade responsável, *in verbis*:

*"(...) Inscrição de 12 servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no período de 03/08/2023 a 05/08/2023 no Município de Mucugê-BA, na Chapada Diamantina, conforme regulamento.*

*O Coral MP em Canto já participou, em outras oportunidades desse festival, representando o Ministério Público do Estado da Bahia nas apresentações em vários espaços culturais de Mucugê.*

*(...)*

*A empresa Terra Verde Turismo EIRELI é, por vários anos consecutivos, detentora da expertise e experiência necessários para a execução do evento "Festival Vozes da Chapada". Importante ressaltar que, no presente caso, corroborando com a condição de singularidade do objeto (complexidade e especificidade do festival de corais na Chapada Diamantina), tem a inviabilidade de competição por si só, ou seja, ante a ausência de critérios e parâmetros objetivos para um eventual Chamamento Público. (...)"*

Ab initio, convém pontuar que esta unidade consultiva tem recomendado a dispensa da análise jurídica nos processos de inexigibilidade cujos valores não ultrapassem o limite de dispensa de pequeno valor, ressalvados os casos em que houver minuta contratual ou suscitação de dúvida pela unidade interessada, medida já acolhida pela Superintendência de Gestão Administrativa.

Entrementes, tendo em vista que a Administração, acolhendo solicitação da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, concedeu prazo de 30 (trinta) dias para alinhamento das legislações, criação de *checklists* e atualização das declarações, a fim de que a referida unidade possa proceder à análise de conformidade dos aludidos expedientes (SEI nº 19.09.02324.0011058/2023-94), bem como pela proximidade da data prevista para o início do indigitado evento, esta Assessoria Técnico-Jurídica prosseguirá na análise jurídica do presente feito.

Na situação sob exame, cabe, antes do próprio exame da questão, uma retificação. Nos termos da legislação de regência, o caso não trata de contratação de serviços técnicos de natureza singular com prestador de notória especialização. Contudo, não significa que seja incabível à hipótese a inexigibilidade de licitação. O art. 60, *caput*, da Lei Estadual nº 9.433/2005 dispõe:

Os casos elencados nos incisos do artigo supratranscrito são meramente exemplificativos, não exaurindo todas as situações de fato em que pode existir a inviabilidade de competição. Em determinadas hipóteses, o interesse público apresenta características peculiares que fogem aos padrões de normalidade. Apesar de representarem casos de impossibilidade de se estabelecer competição, tais hipóteses não se subsomem às previsões expressas da lei.

Destaca a doutrina que “os casos de inexigibilidade, por se referirem à inviabilidade de licitação pública, não são prescritos taxativamente pelo legislador, a rigor, nem precisam de norma jurídica que os autorize.”<sup>1</sup>

A inexigibilidade de licitação decorre da própria natureza dos fatos. Não seria lógico, por exemplo, que a Administração licitasse a contratação de objeto que, no seu entendimento, seria melhor prestado por determinado profissional, desperdiçando tempo e recursos públicos. A Administração, diante de tal condição, deve proceder à contratação direta, sob pena de mácula ao princípio da eficiência. De igual modo, há casos em que as peculiaridades intrínsecas do pretenso contratado não permitem o estabelecimento de competição.

Vale destacar, ainda, o excerto doutrinário:

***As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal.***<sup>2</sup>

A inviabilidade de competição, no caso específico que ora se examina, decorre do fato de que o serviço a ser contratado se reveste de subjetividade impossível de ser comparada com outras opções no mercado. É inegável, em tal caso, a existência de uma dose de discricionariedade e conveniência da Administração na contratação, o que não suplanta a necessidade de obediência ao interesse público e aos princípios da Administração Pública, como, de fato, ocorre na hipótese *sub examine*.

Como sabido, a participação do *Coral MP em Canto* no *Festival Vozes da Chapada* encontra assento no Programa Labor e Vida, que visa, dentre outros objetivos, promover por meio de manifestações musicais e de canto a sensibilização e a valorização pessoal dos participantes, bem como o estímulo à qualidade de vida no trabalho. Eventos como esse contribuem para a sociabilidade e integração do quadro de servidores, refletindo positivamente no ambiente e nos resultados do trabalho, além de proporcionar a divulgação das ações de bem-estar e saúde realizadas pela instituição para seus integrantes.

Impende assinalar, também, que a contratação apresenta, por um lado, valores módicos, em tributo ao princípio da economicidade, da moralidade e da responsabilidade com o erário, e, por outro lado, reconhece a importância da atividade desempenhada pelo referido Coral.

Outrossim, como bem justifica a unidade interessada, a participação de servidores no evento *sub oculis* também almeja representar institucionalmente o Ministério Público do Estado da Bahia em eventos externos.

Por se tratar de um evento aberto, cuja participação é de caráter discricionário, a justificativa do preço resta prejudicada, pois, diante da impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos de comparação, torna-se inexequível a realização de pesquisa de mercado. Frise-se ainda que o valor da inscrição é padrão para qualquer interessado/grupo musical que deseje participar do festival em comento.

Verificando que a hipótese atende aos requisitos legais sobre o tema, **esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 01 de agosto de 2023.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**  
Assessora/SGA  
Matrícula 355.047

**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**  
Assistente de Gestão II  
Apoio Processual ATJ/SGA  
Matrícula 352.748

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e inexigibilidade de licitação pública**. 4. ed., rev., e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 114.

<sup>2</sup> HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. **Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia**. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 176.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 01/08/2023, às 13:55, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Glaucio Matos Santos Cerqueira** em 01/08/2023, às 14:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0743465** e o código CRC **70AA0F96**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho o Parecer nº 568/2023 da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, e autorizo a inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa **TERRA VERDE TURISMO LTDA.**, no valor de R\$ 2.508,00 (dois mil e quinhentos e oito reais), para inscrição de 12 (doze) servidores, integrantes do Coral MP em Canto, no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que ocorrerá em Mucugê/BA (Chapada Diamantina), no período de 03 a 05 de agosto de 2023.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Contratos, Convênios e Licitações para conhecimento e providências pertinentes.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 01/08/2023, às 16:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0744088** e o código CRC **E882B3C3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **TERRA VERDE - TURISMO EIRELI**, CNPJ **13.115.936/0001-00**, e de sua respectiva sócia, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0744294), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpbba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 01/08/2023, às 17:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpbba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpbba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0744289** e o código CRC **C98BDB5E**.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **TERRA VERDE - TURISMO EIRELI**

CPF/CNPJ: **13.115.936/0001-00**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:09:29 do dia 01/08/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 4LJW010823170929

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LIDIA PINA KROGER ALVES**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:11:12 do dia 01/08/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: D286010823171112

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (01/08/2023 às 17:10) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 13.115.936/0001-00.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 64C9.66A8.BD44.B616 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (01/08/2023 às 17:11) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 64C9.66FD.4078.E701 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado:

LIMPAR

Data da consulta: 01/08/2023 17:09:07  
Data da última atualização: 08/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 08/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 08/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 08/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 07/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica  
CPF/CNPJ: 13115936000100  
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física  
CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Governo do Estado da Bahia





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao **DADM - Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa** com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 019/2023 - DADM no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.385 do dia 02/08/2023 (doc 0744574) para providências cabíveis, tendo em vista a autorização da despesa pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0744088) em 01/08/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Thalita Brito Caldas  
Assistente técnico-administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 02/08/2023, às 13:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0744562** e o código CRC **FA6154AF**.

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2023 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02336.0007150/2023-74. OBJETO: Aquisição de materiais para forro, conforme edital e seus anexos. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 02/08/2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/08/2023 às 08:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: <https://www.mpba.mp.br/licitacoes> e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Informações: [licitacao@mpba.mp.br](mailto:licitacao@mpba.mp.br).

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº 058/2021 - SGA. Processo SEI: 19.09.02350.0016926/2023-03. Parecer Jurídico: 548/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Sr. Alberto Ribeiro da Silva Pereira. Objeto contratual: Locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Itacaré-BA. Objeto do aditivo: Prorrogar a vigência contratual (Cláusula Oitava) por mais 06 (seis) meses, a partir de 01/08/2023, e aumentar, em comum acordo, o valor do aluguel, modificando a Cláusula Quinta, item 5.1. O preço mensal do aluguel passa de R\$ 1.320,92 (mil trezentos e vinte reais e noventa e dois centavos) para R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), que equivale a uma majoração de aproximadamente 36,26% sobre o valor atualmente contratado. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos (Fonte) 100 - Natureza da Despesa 33.90.36.

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº 094/2013-SGA. Processo: 19.09.01337.0015777/2023-27. Parecer jurídico: 527/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Sr. Mário Alves de Bastos. Objeto contratual: Locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Cícero Dantas-BA. Objeto do aditivo: Alterar a Cláusula Quinta do ajuste inicial, prorrogando, assim, o prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, com início em 01 de agosto de 2023 e término em 31 de julho de 2025. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos (Fonte) 100 - Natureza da Despesa 33.90.36.

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO Nº 167/2022-SGA. Processo: 19.09.02335.0018136/2023-08. Parecer jurídico: 554/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Reich Engenharia Ltda, CNPJ: 22.938.566/0001-00. Objeto contratual: Realização obra de reforma do pavimento térreo e do 3º pavimento do edifício sede do Ministério Público do Estado da Bahia localizado à 5ª Avenida do CAB, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador, Bahia. Objeto do aditivo: Incluir dois novos itens à planilha de serviços e alterar a Cláusula Quarta, item 4.2, aumentando o valor total do contrato de R\$ 1.701.376,14 (um milhão setecentos e um mil trezentos e setenta e seis reais e quatorze centavos) para R\$ 1.708.831,94 (um milhão setecentos e oito mil oitocentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0002 – Ação (P/A/OE) 7508 - Região 7800 - Destinação de Recursos (Fonte) 355 - Natureza da Despesa 33.90.39.

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE Nº 019/2023 – DADM. Processo SEI: 19.09.00857.0017492/2023-45 . Parecer Jurídico: Nº 568/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Empresa Terra Verde Turismo e Recreação Ltda, CNPJ: 13.115.936/0001-00. Objeto: Inscrição de 12 (doze) servidores, integrantes do Coral MP em Canto, no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que ocorrerá em Mucugê/BA (Chapada Diamantina), no período de 03 a 05 de agosto de 2023. Valor: R\$ 2.508,00 (dois mil, quinhentos e oito reais). Data da Autorização da Contratação: 01/08/2023. Dotação Orçamentária/Gestora: 40.101.0003. Ação (P/A/OE): 6984. Região: 9900. Destinação dos Recursos: 1.500.0.100.000000.00.00.00. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fundamento Legal: Art. 60, caput da Lei Nº 9.433/2005.

### DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

LICENÇA DEFERIDA						
MAT.	NOME DO SERVIDOR	SEI	ART. LEI 6.677/94	QT. DIAS DEFERIDOS	INÍCIO	TÉRMINO
353254	BENITES DANTAS DA CRUZ JUNIOR	19.09.01065.0018058/2023-09	113, III, b	08	25/06/2023	02/07/2023

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 01 de AGOSTO de 2023.

PROCESSO DE SERVIDOR DEFERIDO PELA JUNTA MÉDICA DO ESTADO DA BAHIA						
MATRÍCULA	PROCESSO SEI	ART. LEI 6.677/94	QT. DIAS DEFERIDOS	INÍCIO	TÉRMINO	
354843	19.09.01503.0006070/2023-20	145	60	10/03/2023	08/05/2023	
354843	19.09.01503.0013302/2023-10	145	60	09/06/2023	07/08/2023	





<b>INT</b>		<b>Instrumento Contratual</b>		<b>40101.0003.23.0000176-6</b>	
<b>Unidade Orçamentária:</b> 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
<b>Unidade Gestora:</b> 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
<b>Tipo de Despesa:</b> Compras e Serviços					
<b>Tipo Instrumento:</b> Ordem de Execução de Serviço		<b>Número da LID:</b> 40101.0003.23.0000180-6		<b>Modalidade Licitação:</b> Inexigibilidade - art. 60	
<b>Objeto:</b> Inscrição de servidores visando participação do Coral MP em Canto no XV Festival Vozes na Chapada 2023, que será realizado no Município de Mucugê-BA, inexigibilidade 19/2023 - SGA, sei n. 19.09.00857.0017492/2023-45					
<b>Data Celebração:</b> 01/08/2023		<b>Data Publicação no DOE:</b> 02/08/2023		<b>Nº do Instrumento no SIGAP:</b> Número do Contrato/Convênio:	
<b>Data Início:</b> 02/08/2023		<b>Data Término:</b> 31/12/2023		<b>Nº SRD:</b> 40101.0003.23.0000190-6 <b>Situação:</b> Ativo	
<b>Nome da Unidade Administrativa (UA):</b> DADM					
<b>Responsável pela UA:</b> MARIA AMÁLIA BORGES FRANCO					
<b>Email do Responsável pela UA:</b> AMALIA@MPBA.MP.BR				<b>Telefone do Responsável pela UA:</b> 713103-0118	
<b>Valor total do Instrumento (R\$)</b> *** 2.508,00				<b>DOIS MIL E QUINHENTOS E OITO REAIS *** **</b> *** **	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	2.508,00	Não				0,00

<b>DADOS CREDOR</b>			
<b>Código:</b>	2013231878		
<b>Nome:</b>	TERRA VERDE TURISMO E RECREACAO LTDA		
<b>CPF/ CNPJ:</b>	13.115.936/0001-00	<b>Insc. Estadual:</b>	209033049
<b>Responsável no Credor:</b>	TERRA VERDE TURISMO E RECREACAO LTDA	<b>E-mail Responsável:</b>	JUNIOR.SILVA@ESCRITECC ONTABILIDADE.COM

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2023	40101.0003.03.091.324.6984.9900.339039000.15000100000000000000.1	GERAL	2.508,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.091.324.6984.9900.339039000.15000100000000000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	31/12/2023	2.508,00

**RE: Substituição da Maestrina**

Lucicleide de Lima Costa Silva <lucicleide.costa@mpba.mp.br>

Qua, 26/07/2023 14:00

Para: Coral do MP <coral@mpba.mp.br>; Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>; LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>; Larissa Santos Moraes <lary@mpba.mp.br>

Prezados,

Informo que a Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho está de acordo com a substituição da maestrina Natanira Gonçalves durante a participação do Coral MP no Festival Vozes na Chapada (03 a 05/08/2023), pelo maestro Laércio Andrade que, segundo documentos apresentados pela maestrina Natanira, possui qualificação técnica equivalente à mesma.

Atenciosamente,

Lucicleide Costa

Analista Técnica - Psicóloga

Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0680 | [lucicleide.costa@mpba.mp.br](mailto:lucicleide.costa@mpba.mp.br)

---

**De:** Coral do MP <coral@mpba.mp.br>

**Enviado:** quarta-feira, 26 de julho de 2023 12:22

**Para:** Lucicleide de Lima Costa Silva <lucicleide.costa@mpba.mp.br>; Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>; LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>; Larissa Santos Moraes <lary@mpba.mp.br>

**Assunto:** RE: Substituição da Maestrina

Prezadas,

Considerando as previsões contratuais quanto à substituição da Maestrina Natanira e a proximidade do Festival Vozes na Chapada (3 a 5 de agosto), onde o Coral MP em Canto será regido pelo Maestro Laércio Santiago de Andrade, reforçamos a solicitação de anuência da Gestão de Pessoas do MP feita pela Maestrina no e-mail abaixo.

Desde já, agradecemos a compreensão e colaboração de todos para que o MP seja bem representado através do seu Coral.

Gratos,

Ana Rosa Mascarenhas e Marcelino Leite Simões

Coordenação do Coral MP em Canto

---

**De:** Lucicleide de Lima Costa Silva <lucicleide.costa@mpba.mp.br>

**Enviado:** sexta-feira, 14 de julho de 2023 16:52

**Para:** Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>; LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Coral do MP <coral@mpba.mp.br>; Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>

**Assunto:** RE: Substituição da Maestrina

Prezados,

Recebido.

Atenciosamente,

Lucicleide Costa

Analista Técnica - Psicóloga

Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0680 | [lucicleide.costa@mpba.mp.br](mailto:lucicleide.costa@mpba.mp.br)

---

**De:** Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>

**Enviado:** sexta-feira, 14 de julho de 2023 16:41

**Para:** Lucicleide de Lima Costa Silva <lucicleide.costa@mpba.mp.br>; LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Coral do MP <coral@mpba.mp.br>;



Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>

**Assunto:** Re: Substituição da Maestrina

Segue em PDF

Get [Outlook for iOS](#)

---

**From:** Lucicleide de Lima Costa Silva <lucicleide.costa@mpba.mp.br>

**Sent:** Friday, July 14, 2023 3:37:22 PM

**To:** Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>; LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Coral do MP <coral@mpba.mp.br>; Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>

**Subject:** RE: Substituição da Maestrina

Prezada Natanira,

Não foi possível abrir o arquivo CURRÍCULO LAÉRCIO. Gentileza reenviar em outro formato.

Atenciosamente,

Lucicleide Costa

Analista Técnica - Psicóloga

Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0680 | [lucicleide.costa@mpba.mp.br](mailto:lucicleide.costa@mpba.mp.br)

---

**De:** Natanira Goncalves <natamusical@msn.com>

**Enviado:** sexta-feira, 14 de julho de 2023 16:24

**Para:** LD-qvt <LD-qvt@mpba.mp.br>; Coral do MP <coral@mpba.mp.br>; Joceval Silva Conceicao <joceval@mpba.mp.br>; Marcelino Leite Simoes <marcelino.simoes@mpba.mp.br>

**Assunto:** Substituição da Maestrina

Prezados (as),

Gostaria de lhes informar a minha impossibilidade de reger o Coral MP em Canto na apresentação do dia 21 de julho e no Festival Vozes na Chapada, que acontecerá de 3 a 5 de agosto em Mucugê-BA, em virtude de uma demanda de ordem pessoal para atender uma necessidade de urgência familiar e que serei substituída pelo Maestro Laércio Santiago, que faz parte da equipe de Professores da Nata Musical Escola de Música Ltda, empresa contratada para os serviços de regência do Coral MP em Canto, da qual sou Diretora e proprietária.

Ressalto que o Maestro Laércio Santiago tem qualificação e experiência iguais às minhas, tem atuado conosco nos últimos 15 anos em diversos corais, além de estar frequentando os nossos ensaios e apresentações, nos auxiliando com a preparação vocal, acompanhamento instrumental ( violão, percussão, trombone, etc) e regência.

Segue em anexo um resumo curricular do Maestro, para apreciação e anuência desse Ministério Público, conforme estabelecido no contrato anexo.

Peço que confirmem o recebimento desse e-mail e desde já agradeço a compreensão.

Atenciosamente

Natanira Gonçalves

Obter o [Outlook para Android](#)





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Inexigibilidade de Licitação para conhecimento  
Sem mais, concluímos este processo.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** em 02/08/2023, às 15:54, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0745580** e o código CRC **CCCAAC5C**.